



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000745772

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 3000025-78.2013.8.26.0204, da Comarca de General Salgado, em que são apelantes ALFREDO ABDALLA (ESPÓLIO) e MARTA QUESSADA CUSTODIO MARIN (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado RODRIGO CESAR DESIDERIO.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 5 de outubro de 2016.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 3000025-78.2013.8.26.0204

APELANTE: ALFREDO ABDALLA (ESPÓLIO)

APELADO: RODRIGO CESAR DESIDERIO

COMARCA: GENERAL SALGADO

MAGISTRADA PROLATORA DA DECISÃO: MELISSA BETHEL MOLINA DE LIMA
(cn)

EMENTA

APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO – AFASTADA – JUSTIÇA GRATUITA PARA O ESPÓLIO – NÃO HÁ PROVAS DA HIPOSSUFICIÊNCIA - CULPA EXCLUSIVA DO RÉU PELO ACIDENTE

- Benefício da Lei 1.060/50 e do art. 98, do NCPC, que depende de comprovação, desde o advento da Constituição Federal de 1988, art. 5º, LXXIV. A declaração de pobreza firmada de próprio punho por aquele que pretende se beneficiar da gratuidade possui presunção relativa de veracidade, elidida quando não confirmada por outros elementos que lhe corroborem – precedentes do STJ;
- Elementos dos autos que não permitem a conclusão da incapacidade de arcar com as custas sem prejuízo da subsistência – modicidade da taxa judiciária diante do valor da causa;
- Boletim de ocorrência e depoimento de testemunhas corroboram que houve culpa exclusiva do réu pelo acidente, que não parou diante da placa de “PARE” e colidiu transversalmente com o autor, causando-lhe sérias lesões corporais;
- Manutenção da decisão por seus próprios e bem lançados fundamentos – artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo;

RECURSO DOS RÉUS IMPROVIDO.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls.376/385, cujo relatório se adota, que julgou PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, condenando aos réus ao pagamento de R\$44.780,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais) à título de danos materiais e ao pagamento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) à título de danos morais.

APELAÇÃO Nº 3000025-78.2013.8.26.0204

Diante da sucumbência recíproca, condenou cada parte ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais, bem como a verba honorária de seu advogado, ressaltando-se a concessão de justiça gratuita à ré Marta.

Entendeu a MM. Magistrada *a quo* que a causa determinante do acidente que provocou lesões corporais ao autor foi o fato de o veículo conduzido pelo réu ter avançado o cruzamento, sem observar a sinalização de "pare", de modo que, nos termos do art. 44 do Código de Trânsito Brasileiro, caberia a ele adotar as cautelas necessárias, como verificar a existência de qualquer veículo transitando pela via preferencial. De tal sorte, fixou a indenização de danos materiais no valor de R\$ 44.780,00 tendo em vista que o valor apontado pelos autores na petição inicial é exorbitante, sendo superior inclusive, a um veículo zero km. Ainda, entendeu ser devida a indenização por dano moral, pois o autor, em razão do acidente, fraturou o ombro, a escápula e precisou ser submetido à cirurgia, ficando internado por 7 (sete) dias. Contudo, não configurou o dano estético, na medida em que não ficou demonstrado qualquer dano permanente.

Irresignados, os réus apelaram.

Aduziram, preliminarmente, concessão de justiça gratuita ao espólio de Alfredo Abdalla e a ilegitimidade passiva da Sra. Marta, proprietária do veículo que causou o acidente. Alegaram que a oitiva de testemunhas em juízo não poderia substituir a prova técnica que deveria ser realizada no local do acidente pelo Delegado de Polícia Civil que a dispensou à época, na medida em que não foi possível averiguar com certeza, quem deu causa ao acidente e a velocidade empreendida pela motocicleta do autor no momento.

Quanto ao mérito, alegaram ser indevida a indenização por danos morais e, subsidiariamente, pleitearam sua redução. Ainda, sustentaram a ocorrência de culpa concorrente, de tal forma que a condenação deve ser atenuada, pois o autor empregava velocidade acima da permitida, nos termos do art. 945 do Código Civil.

Processado o apelo independentemente do recolhimento do preparo respectivo (parte beneficiária da justiça gratuita), e ausente contrarrazões, tendo os autos vindo a este Tribunal.

APELAÇÃO Nº 3000025-78.2013.8.26.0204

É o relatório.

Rodrigo César Desidério ajuizou demanda contra Alfredo Abdalla e Marta Quessada Custódio Marin pleiteando indenização por dano material, moral e estético em decorrência do acidente de trânsito ocorrido em 19 de outubro de 2013.

Infere-se dos autos que o autor, que dirigia uma moto YAMAHA YZF, colidiu transversalmente com o veículo FORD/F350 conduzido pelo réu falecido, Alfredo Abdalla, e de propriedade da ré Marta Quessada. Em razão do acidente, o autor sofreu lesões corporais (fls. 45/51) e permaneceu 3 (três) dias na UTI e mais 4 (quatro) dias internado em observação (fls.21/37).

Em primeiro lugar, não merece prosperar o pedido de concessão de justiça gratuita formulado pelo espólio de Alfredo Abdalla.

O parágrafo único do artigo 2º da Lei n. 1.060, de 1950, assim dispõe: *"considera-se necessitado, para fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família"*. Contudo, além da declaração de pobreza, é necessária a análise econômico-financeira do pretendente, para aferir as condições de arcar com as custas e despesas processuais sem afetar a própria subsistência.

Conforme iterativa jurisprudência, o benefício da justiça gratuita deve ser concedido em vista da Lei de Responsabilidade Fiscal. O benefício da Lei 1.060, de 1950, portanto, depende de prova – inaceitável a simples exibição de requerimento de próprio punho, sob pena de violação da Constituição Federal – superveniente e irradiante em relação à lei da gratuidade. Exemplifico:

"Assistência judiciária - Comprovação da necessidade – Exigência constitucional (CF/88, art. 5º, LXXIV) - Concessão, ademais, dependente de análise econômico-financeira, não agilizada no caso em apreço - Benefício - Inadmissibilidade da concessão - Agravo de instrumento desprovido." (Ag.Inst. 7367076-3 – Rel. Luiz Sabbato, 13ª Câmara - TJSP)

APELAÇÃO Nº 3000025-78.2013.8.26.0204

Ainda que admissível a natureza de presunção *juris tantum* (STJ, AgRg n. 945153) da declaração, supor a suficiência deste documento para a isenção viola a Lei de Responsabilidade Fiscal – especialmente considerada a proliferação de pedidos do gênero, sem qualquer amparo econômico/fático, em prejuízo à Justiça e, principalmente, àqueles que efetivamente fazem jus ao benefício da Lei n. 1.060, de 1950. Aliás, em precedentes recentes, o C. Superior Tribunal de Justiça reafirmou a possibilidade plena do juízo das instâncias ordinárias perquirir a condição financeira do postulante. Transcrevo:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A presunção de hipossuficiência oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível a exigência, pelo magistrado, da devida comprovação. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (AgRg no AREsp. n. 495.939/MS, Rel. Min. Antonio Carlos Pereira, j. 24.06.2014).

Não bastasse, a questão da gratuidade vem semelhantemente tratada no Novo Código de Processo Civil, que prevê o indeferimento do pedido quando *“houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade”* (art. 99, §2º, da Lei n. 13.105, de 2015).

No caso dos autos, percebe-se que o espólio de Alfredo Abdalla recolheu custas a fls. 249/252 e requereu apenas em recurso de apelação a concessão de gratuidade de justiça. Contudo, não fez prova da sua condição, apenas apresentando declaração de hipossuficiência, que, nos termos do art. 99, §3º do NCPC, é suficiente apenas para provar a situação de hipossuficiência das pessoas naturais.

Ainda, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva da ré Marta Quessada Custódio Marin. Como bem asseverou a MM. Magistrada *a quo*, a ré é proprietária do veículo (fls. 17) e não restou comprovado nos autos que o veículo havia sido alienado ao réu Alfredo antes do acidente. Dessa forma, sua responsabilidade como proprietária do veículo é objetiva, diante do dever de guarda sobre a coisa, e responde de forma solidária com o condutor pelo acidente.

APELAÇÃO Nº 3000025-78.2013.8.26.0204

De acordo com Boletim de Ocorrência (fls. 17/20), havia sinalização no local indicando o "Pare" para o réu. Alegou o réu, contudo, que parou e olhou para os lados, mas não viu o autor, afirmando que o mesmo trafegava em alta velocidade. Conforme consta a fls. 20, o Sr. Delegado "dispensou a polícia científica, e liberou o local dos fatos, e determinou a elaboração do BO/PC de número 900112/2013."

Testemunha Lafaiete Moraes de Matos, que presenciou o acidente, afirmou que *"a caminhonete estava na Rodovia Juscelino da Cunha Frota e não parou no trevo. O autor estava em velocidade normal. Se estivesse correndo, teria morrido"* (fls. 297). Outra testemunha, a Sra. Dair de Almeida, que também presenciou o acidente, afirmou que *"o autor vinha na Rodovia em baixa velocidade, quando a caminhonete cruzou e os veículos colidiram. A caminhonete não obedeceu a sinalização de 'PARE' existente no local"* (fls. 298).

No mesmo sentido foi o depoimento do Delegado de Polícia, Sr. Eugênio do Valle, que afirmou *"O Sr. Alfredo admitiu que não parou no trevo. Rodrigo disse que, ao ver a caminhonete, começou a frear, mas acreditou que o Sr. Alfredo ia parar, o que não ocorreu. Segundo o policial militar rodoviário, ficou bem claro que o Sr. Alfredo invadiu a preferencial e causou o acidente. Esclareço que o Sr. Alfredo estava com a C.N.H suspensa. Não vi se houve marcas de frenagem, isto porque era clara a existência de negligência por parte do Sr. Alfredo. (...). Se Rodrigo estivesse correndo, ele não teria sobrevivido. A perícia não foi realizada, porque houve prejuízo em relação ao local"* (fls. 299).

Dessa forma, os depoimentos das testemunhas (fls. 297/299) e a descrição do acidente no Boletim de Ocorrência (croqui – fls. 19) afastam os argumentos do réu sobre culpa concorrente do autor. A mecânica do acidente foi esclarecida pelos relatos das testemunhas que o presenciaram e pela análise contida no Boletim de Ocorrência, sendo desnecessária, portanto, a produção de prova técnica no local para elucidação dos fatos.

Destarte, a sentença da R. Primeira Instância deve ser prestigiada, por seus próprios e bem lançados fundamentos. Para tanto, valho-me do artigo 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça. Referido dispositivo estabelece que *"Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la"*.



7

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Seção de Direito Privado

APELAÇÃO Nº 3000025-78.2013.8.26.0204

O COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece "*a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum*" (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel.Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 17.12.2004 e REsp nº 265.534- DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j de 1.12.2003).

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Maria Lúcia Pizzotti

Relatora